

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES



RELATÓRIO CONTÁBIL

2º TRIMESTRE/2021

MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

Fábio Salustino Mesquita de Faria

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Vitor Elísio Goés de Oliveira Menezes

SECRETÁRIA-EXECUTIVA ADJUNTA

Flávia Duarte Nascimento

SUBSECRETARIO DE ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Djair Fiorillo Lopes

COORDENADORA GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Lilian Almeida Barra

COORDENADORA DE CONTABILIDADE

Lígia de Almeida Silva

EQUIPE TÉCNICA

Divisão de Análise Contábil e de Custos

Emerson Costa Nogueira Sousa

Brasília, 27 de julho de 2021

Contexto Operacional

O Ministério das Comunicações é órgão da administração federal direta, criado pela Lei 14.074, de 14 de outubro de 2020.

Integram a estrutura básica do Ministério das Comunicações, a Secretaria Executiva, a Secretaria Especial de Comunicação Social – SECOM, composta pela Secretaria de Publicidade e Promoção – SEPUP e Secretaria de Comunicação Institucional – SECOI; a Secretaria de Radiodifusão – SERAD; e a Secretaria de Telecomunicações – SETEL.

O Ministério das Comunicações tem como missão ampliar a conectividade, aprimorar a qualidade dos serviços de comunicação e assegurar a prestação de informações governamentais essenciais à proteção da soberania nacional e ao exercício da cidadania.

Constituem áreas de competência do Ministério:

- ✓ Política nacional de telecomunicações;
- ✓ Política nacional de radiodifusão;
- ✓ Serviços postais, telecomunicações e radiodifusão;
- ✓ Política de comunicação e divulgação do governo federal;
- ✓ Relacionamento do governo federal com a imprensa regional, nacional e internacional;
- ✓ Convocação de redes obrigatórias de rádio e televisão;
- ✓ Pesquisa de opinião pública; e
- ✓ Sistema brasileiro de televisão pública.

Tendo como visão institucional tornar o Brasil país referência na democratização do acesso a tecnologias de comunicação, na promoção da liberdade de pensamento e na garantia do direito à informação de qualidade, o Ministério das Comunicações objetiva, como geração de resultados para a sociedade:

- ✓ Promover a competitividade, assegurar investimentos e ampliar a oferta dos serviços de radiodifusão à população do Brasil;
- ✓ Garantir a oportunidade de acesso a serviços de telecomunicações de alta qualidade, promover a inclusão digital, fortalecer a inovação tecnológica e apoiar a transformação digital;
- ✓ Promover a divulgação de informações governamentais necessárias ao pleno exercício da cidadania; e
- ✓ Modernizar, ampliar e melhorar a qualidade da prestação dos serviços postais.

Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e das Práticas Contábeis

Demonstrações Contábeis, são as peças elaboradas pelo Setor Público observando o que contém na Lei nº 4.320/1964, no Decreto-Lei nº 200/1967, no Decreto nº 93.872/1986, na Lei nº 10.180/2001 e na Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis têm a sua elaboração a partir das informações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as quais consolidam as contas do Ministério das Comunicações e de suas entidades no âmbito da administração direta e indireta parte integrante do Poder Executivo Federal.

Compõem as principais Demonstrações Contábeis do Ministério das Comunicações o Balanço Orçamentário (BO), o Balanço Patrimonial (BP) e as Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), exigidos pela Lei nº 4.320/1964. As Demonstrações Contábeis estão complementadas pelas notas explicativas no item específico.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do MCASP e do Manual SIAFI.

- Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras – A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no Balanço Financeiro – BF e na Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.
- Caixa e equivalentes de caixa – Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.
- Créditos a curto prazo – compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários, créditos não tributários, dívida ativa, transferências concedidas, empréstimos e financiamentos concedidos, adiantamentos e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

- Estoques – Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.
- Ativo realizável a longo prazo – Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: créditos tributários, créditos não tributários, dívida ativa, empréstimos e financiamentos concedidos, investimentos temporários e estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.
- Investimentos – São compostos por: participações permanentes, propriedades para investimento e demais investimentos. As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas. As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: valor justo e custo depreciado. Os demais investimentos representam cotas integralizadas no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização (FFIE), mensuradas e avaliadas pelo custo, acrescidas da rentabilidade auferida até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registradas as reduções ao valor recuperável (*impairment*), fruto de avaliações periódicas.
- Imobilizado – é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que, tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.
- Intangível – Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado

de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

- Depreciação, amortização e exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis – A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

- Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet – O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

- Reavaliação, redução ao valor recuperável – a base de mensuração utilizada: valor justo (mercado), custo de reposição, informar os procedimentos contábeis e metodologia utilizada para reconhecimento da valorização ou da perda por meio dos testes de recuperabilidade;

- Passivos circulantes e não circulantes – as obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado deferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar, obrigações fiscais, obrigações de repartições a outros entes, provisões e demais obrigações.

- Provisões – As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas, riscos fiscais, riscos cíveis, repartição de créditos tributários, provisões matemáticas, e outras. As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo e está de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015.

- Apuração do Resultado – Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:

i. Resultado Patrimonial na Demonstração das Variações Patrimoniais confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas, se o resultado for positivo teremos o Superávit Patrimonial, caso contrário será Déficit Patrimonial.

ii. No Balanço Orçamentário é apurado o Resultado Orçamentário, o valor da coluna Receitas Realizadas menos a Despesa Empenhada, se for positivo teremos o Superávit Orçamentário e caso contrário um Déficit Orçamentário

iii. No Balanço Financeiro ou na Demonstração do Fluxo de Caixa é apurado o Resultado Financeiro confrontando o Saldo Atual de Caixa e Equivalência de Caixa menos o Saldo Anterior, se for positivo será um Superávit Financeiro, caso contrário um Déficit Financeiro. Esta apuração no Resultado Financeiro não se confunde com a apuração feito no Balanço Patrimonial entre os Ativos Financeiros menos os Passivos Financeiros, este se superávit é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Balanço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Receitas Orçamentárias	1.603.599.903,19		- Despesas Orçamentárias	1.380.600.218,78	-
Ordinárias	-		- Ordinárias	577.431.177,49	-
Vinculadas	1.603.879.961,41		- Vinculadas	803.169.041,29	-
Previdência Social (RPPS)	-		- Seguridade Social (Exceto Previdência)	33.307.809,38	
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.603.879.961,41		- Previdência Social (RPPS)	3.943.615,77	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-280.058,22		- Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	765.917.616,14	
Transferências Financeiras Recebidas	1.291.870.163,16		- Transferências Financeiras Concedidas	4.800.005.458,52	-
Resultantes da Execução Orçamentária	1.008.331.091,64		- Resultantes da Execução Orçamentária	529.789.937,99	-
Cota Recebida	494.074.453,30		- Repasse Concedido	486.093.235,92	
Repasso Recebido	470.559.936,27		- Sub-repasso Concedido	43.696.702,07	
Sub-repasso Recebido	43.696.702,07		- Independentes da Execução	4.270.215.520,53	-
Independentes da Execução Orçamentária	283.539.071,52		- Transferências Concedidas para Pagamento de RP	127.804.099,85	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	226.665.299,59		- Demais Transferências Concedidas	1.766.097.145,72	
Demais Transferências Recebidas	570.813,70		- Movimento de Saldos Patrimoniais	2.376.314.274,96	
Movimentação de Saldos Patrimoniais	815.196,75		- Aporte ao RPPS	-	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	55.487.761,48		- Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RPPS	-				
Aporte ao RGPS	-				
Recebimentos Extraorçamentários	2.025.809.679,43		- Pagamentos Extraorçamentários	244.100.915,72	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	71.243.152,04		- Pagamento dos Restos a Pagar	51.899.747,17	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	688.821.166,57		Processados		
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	286.577.315,14		- Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	167.463.829,93	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	979.168.045,68		- Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	24.735.051,96	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	50.504,51		- Outros Pagamentos Extraorçamentários	2.286,66	-
Arrecadação de Outra Unidade	952.515.428,14		- Valores Compensados	2.286,66	
Demais Recebimentos	26.602.113,03				
Saldo do Exercício Anterior	7.069.603.157,66		- Saldo para o Exercício Seguinte	5.566.176.310,42	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.069.603.157,66		- Caixa e Equivalentes de Caixa	5.566.176.310,42	-
TOTAL	11.990.882.903,44		- TOTAL	11.990.882.903,44	-

2. Balanço Orçamentário

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	3.768.941.237,00	3.768.941.237,00	1.558.529.040,83	-2.210.412.196,17
Receitas Tributárias	1.396.957.519,00	1.396.957.519,00	184.188.443,17	-1.212.769.075,83
Impostos	-	-	-	-
Taxes	1.396.957.519,00	1.396.957.519,00	184.188.443,17	-1.212.769.075,83
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	1.121.266.964,00	1.121.266.964,00	655.631.208,53	-465.635.755,47
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	1.121.266.964,00	1.121.266.964,00	655.631.208,53	-465.635.755,47
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	426.356.636,00	426.356.636,00	174.505.758,66	-251.850.877,34
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	71.101.141,00	71.101.141,00	46.962.752,65	-24.138.388,35
Delegação de Serviços Públicos	355.255.495,00	355.255.495,00	127.543.006,01	-227.712.488,99
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	562.973.912,00	562.973.912,00	110.510.041,06	-452.463.870,94
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	562.973.912,00	562.973.912,00	110.338.080,30	-452.635.831,70
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	171.960,76	171.960,76
Transferências Correntes	110.599.992,00	110.599.992,00	20.170.710,38	-90.429.281,62
Outras Receitas Correntes	150.786.214,00	150.786.214,00	413.522.879,03	262.736.665,03
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	80.786.214,00	80.786.214,00	413.050.431,54	332.264.217,54
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	70.000.000,00	70.000.000,00	87.135,96	-69.912.864,04
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	385.311,53	385.311,53
RECEITAS DE CAPITAL	1.078.314.069,00	1.078.314.069,00	45.070.862,36	-1.033.243.206,64
Operações de Crédito	1.033.243.207,00	1.033.243.207,00	-	-1.033.243.207,00
Operações de Crédito Internas	1.033.243.207,00	1.033.243.207,00	-	-1.033.243.207,00
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	45.070.862,00	45.070.862,00	45.070.862,36	0,36
Transferências de Capital	-	-	-	-

Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	4.847.255.306,00	4.847.255.306,00	1.603.599.903,19	-3.243.655.402,81
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	4.847.255.306,00	4.847.255.306,00	1.603.599.903,19	-3.243.655.402,81
TOTAL	4.847.255.306,00	4.847.255.306,00	1.603.599.903,19	-3.243.655.402,81
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM SUPERAVIT FINANCEIRO	-	-	-	-
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	2.985.158.121,00	2.963.422.821,00	1.303.255.619,95	665.940.868,41	595.017.764,88	1.660.167.201,05
Pessoal e Encargos Sociais	1.371.111.133,00	1.371.153.387,00	689.043.344,50	408.155.901,36	346.465.033,30	682.110.042,50
Juros e Encargos da Dívida	13.200.000,00	13.200.000,00	10.273.137,49	5.310.790,27	5.310.790,27	2.926.862,51
Outras Despesas Correntes	1.600.846.988,00	1.579.069.434,00	603.939.137,96	252.474.176,78	243.241.941,31	975.130.296,04
DESPESAS DE CAPITAL	538.366.527,00	538.055.508,00	77.344.598,83	25.838.183,80	25.518.135,29	460.710.909,17
Investimentos	119.396.107,00	119.085.088,00	30.731.689,51	2.531.729,14	2.211.680,63	88.353.398,49
Inversões Financeiras	368.570.420,00	368.570.420,00	-	-	-	368.570.420,00
Amortização da Dívida	50.400.000,00	50.400.000,00	46.612.909,32	23.306.454,66	23.306.454,66	3.787.090,68
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.219.212.092,00	1.219.212.092,00	-	-	-	1.219.212.092,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	4.742.736.740,00	4.720.690.421,00	1.380.600.218,78	691.779.052,21	620.535.900,17	3.340.090.202,22
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	4.742.736.740,00	4.720.690.421,00	1.380.600.218,78	691.779.052,21	620.535.900,17	3.340.090.202,22
SUPERAVIT			222.999.684,41			-222.999.684,41
TOTAL	4.742.736.740,00	4.720.690.421,00	1.603.599.903,19	691.779.052,21	620.535.900,17	3.117.090.517,81

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES						
Pessoal e Encargos Sociais	115.893.145,62	124.831.066,65	124.740.040,89	124.054.529,34	22.000.531,90	94.669.151,03
Juros e Encargos da Dívida	7.519.837,10	7.080.815,95	1.523.594,07	1.523.594,07	3.069.291,03	10.007.767,95
Outras Despesas Correntes	108.373.308,52	117.750.250,70	123.216.446,82	122.530.935,27	18.931.240,87	84.661.383,08
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	35.455.367,23	127.595.970,59	43.902.848,47	43.409.300,59	1.523.430,26	118.118.606,97
Inversões Financeiras	33.108.980,23	127.595.970,59	43.902.848,47	43.409.300,59	1.523.430,26	115.772.219,97
Amortização da Dívida	2.346.387,00	-	-	-	-	2.346.387,00
TOTAL	151.348.512,85	252.427.037,24	168.642.889,36	167.463.829,93	23.523.962,16	212.787.758,00

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES					
Pessoal e Encargos Sociais	8.252.314,11	53.430.357,04	50.741.225,30	41.588,09	10.899.857,76
Juros e Encargos da Dívida	114.802,34	44.700.772,11	44.370.700,88	8.809,33	436.064,24
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL					
Investimentos	8.137.511,77	8.729.584,93	6.370.524,42	32.778,76	10.463.793,52
Inversões Financeiras	7.394.384,29	1.289.397,63	1.158.521,87	-	7.525.260,05
Amortização da Dívida	-	1.289.397,63	1.158.521,87	-	7.525.260,05
TOTAL	15.646.698,40	54.719.754,67	51.899.747,17	41.588,09	18.425.117,81

3. Balanço Patrimonial

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO	
	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE	6.090.292.561,12	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.566.176.310,42	-
Créditos a Curto Prazo	506.441.031,23	-
Clientes	132.645.358,77	
Créditos de Transferências a Receber	6.344.973,15	
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	3.289.615,33	
Demais Créditos e Valores	397.099.328,00	
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	-32.938.244,02	
Estoques	3.791.144,36	-
VPDs Pagas Antecipadamente	13.884.075,11	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	6.214.079.028,71	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	2.695.692.697,96	-
Créditos a Longo Prazo	2.601.539.074,88	
Clientes	1.917.190,11	
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	2.016.719.746,88	
Dívida Ativa Tributária	2.950.400.211,86	
Dívida Ativa Não Tributária	16.944.852.671,95	
Demais Créditos e Valores	272.562.966,30	
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	-19.584.913.712,22	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	62.788.826,63	
VPDs Pagas Antecipadamente	31.364.796,45	
Investimentos	80.898.596,10	-
Participações Permanentes	80.898.596,10	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	80.841.335,00	
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	57.261,10	
Imobilizado	3.220.555.229,64	-
Bens Móveis	2.697.444.199,02	-
Bens Móveis	3.963.590.389,92	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-1.260.709.609,14	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-5.436.581,76	-
Bens Imóveis	523.111.030,62	-
Bens Imóveis	556.579.743,00	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-33.468.712,38	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-
Intangível	216.932.505,01	-
Softwares	89.212.997,82	-
Softwares	127.807.502,33	-
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-38.594.504,51	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	127.719.507,19	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	162.293.141,23	-
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-34.547.122,01	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-26.512,03	-
TOTAL DO ATIVO	12.304.371.589,83	-

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
PASSIVO CIRCULANTE	971.384.486,42	-
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	114.036.076,97	-
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	38.432.337,23	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	87.444.982,64	-
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	16.156.901,94	-
Obrigações de Repartição a Outros Entes	7.768.892,00	-
Provisões a Curto Prazo	71.858.355,44	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	635.686.940,20	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.364.820.142,25	-
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	199.480.628,60	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	148.105.665,64	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Provisões a Longo Prazo	66.173.168,54	-
Demais Obrigações a Longo Prazo	1.951.060.679,47	-
Resultado Diferido	-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	3.336.204.628,67	-

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Patrimônio Social e Capital Social	3.427.607.382,97	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	4.538.185,53	-
Reservas de Capital	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Reservas de Lucros	93.584.691,92	-
Demais Reservas	-	-
Resultados Acumulados	5.442.547.587,50	-
Resultado do Exercício	-1.970.822.236,78	-
Resultados de Exercícios Anteriores	7.351.873.208,34	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	61.496.615,94	-
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-110.886,76	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.968.166.961,16	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.304.371.589,83	-

4. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-1.479.806.263,85	-
INGRESSOS	4.116.094.060,30	-
Receita Tributária	184.188.443,17	-
Receita de Contribuições	655.631.208,53	-
Receita Patrimonial	127.543.006,01	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	110.510.041,06	-
Remuneração das Disponibilidades	46.962.752,65	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	413.522.879,03	-
Transferências Recebidas	20.170.710,38	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	20.170.710,38	-
Outros Ingressos Operacionais	2.557.565.019,47	-
Ingressos Extraorçamentários	286.577.315,14	-
Transferências Financeiras Recebidas	1.291.870.163,16	-
Arrecadação de Outra Unidade	952.515.428,14	-
Demais Recebimentos	26.602.113,03	-
DESEMBOLSOS	-5.595.900.324,15	-
Pessoal e Demais Despesas	-680.887.868,10	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-41.094.844,37	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-10.636.523,57	-
Saúde	-17.418.155,61	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-1.170.112,06	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-5.026.841,19	-
Agricultura	-1.854.827,23	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-580.107.602,38	-
Energia	-	-
Transporte	-1.905.976,21	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-21.723.489,99	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	50.504,51	-
Juros e Encargos da Dívida	-5.310.790,27	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-5.310.790,27	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-84.958.868,64	-
Intergovernamentais	-1.387.000,00	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-1.387.000,00	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-78.668.612,75	-
Outras Transferências Concedidas	-4.903.255,89	-
Outros Desembolsos Operacionais	-4.824.742.797,14	-
Dispêndios Extraorçamentários	-24.735.051,96	-
Transferências Financeiras Concedidas	-4.800.005.458,52	-

Valores Compensados	-2.286,66	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-314.128,73	-
INGRESSOS	45.070.862,36	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	45.070.862,36	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-45.384.991,09	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-35.327.466,80	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-10.057.524,29	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-23.306.454,66	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-23.306.454,66	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-23.306.454,66	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-1.503.426.847,24	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	7.069.603.157,66	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	5.566.176.310,42	-

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		ESPECIFICAÇÃO	PASSIVO	
	2021	2020		2021	2020
ATIVO FINANCEIRO	5.720.632.153,92	-	PASSIVO FINANCEIRO	1.297.966.579,68	-
ATIVO PERMANENTE	6.583.739.435,91	-	PASSIVO PERMANENTE	2.914.631.473,52	-
		SALDO PATRIMONIAL		8.091.773.536,63	

5. Demonstração das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.495.708.888,78	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	157.356.340,21	-
Taxas	157.356.340,21	-
Contribuições	651.438.486,29	-
Contribuições Sociais	1.196.062,94	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	650.242.423,35	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	70.741.917,48	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	70.741.917,48	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	38.823.380,36	-
Juros e Encargos de Mora	429.652,59	-
Variações Monetárias e Cambiais	185.938,64	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	38.207.789,13	-
Transferências e Delegações Recebidas	923.648.400,63	-
Transferências Intragovernamentais	921.959.438,07	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.688.962,56	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	1.034.951,45	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	991.115,00	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	43.836,45	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	652.665.412,36	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	18.130.011,99	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	634.535.400,37	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	4.333.192.058,47	-
Pessoal e Encargos	198.276.873,69	-
Remuneração a Pessoal	151.480.702,38	-
Encargos Patronais	42.418.678,19	-
Benefícios a Pessoal	3.776.341,61	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	601.151,51	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	13.009.175,74	-
Aposentadorias e Reformas	5.131.940,15	-
Pensões	818.821,95	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	7.058.413,64	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	208.264.971,47	-
Uso de Material de Consumo	704.731,95	-
Serviços	140.246.304,89	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	67.313.934,63	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	3.223.439,73	-
Juros e Encargos de Mora	3.220.874,18	-
Variações Monetárias e Cambiais	2.492,01	-
Descontos Financeiros Concedidos	73,54	-
Transferências e Delegações Concedidas	3.885.127.347,88	-
Transferências Intragovernamentais	3.883.449.080,32	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.678.267,56	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	15.234.269,68	-
Perdas com Alienação	1.865,79	-
Perdas Involuntárias	292.531,99	-
Incorporação de Passivos	10.924.033,00	-
Desincorporação de Ativos	4.015.838,90	-
Tributárias	7.222.295,67	-
Impostos, Taxas e Contribuições	5.407.313,61	-
s de Melhoria		
Contribuições	1.814.982,06	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	2.833.684,61	-
Incentivos	150.800,00	-
Constituição de Provisões	463.565,73	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	2.219.318,88	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-1.837.483.169,69	-

6. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2020	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2020	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2021	3.414.659.481,22	12.947.901,75	-	93.584.691,92	-	7.210.443.194,26	-	-110.886,76	10.731.524.382,39
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	792.945,53	-	-	-	202.649.515,34	-	-	203.442.460,87
Aumento/Redução de Capital	12.947.901,75	-9.202.661,75	-	-	-	-	-	-	3.745.240,00
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	277.114,68	-	-	277.114,68
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-1.970.822.236,78	-1.970.822.236,78
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2021	3.427.607.382,97	4.538.185,53	-	93.584.691,92	-	5.442.547.587,50	-	-110.886,76	8.968.166.961,16

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Balanço Patrimonial

Nota 01

Inicialmente cumpre destacar que o Órgão 41000 – Ministério das Comunicações foi ativado no SIAFI no exercício de 2021, recebendo os saldos contábeis das Unidades Gestoras 110319 – SECOM/PR e 240267 – SETEL/MCTI; e, como Órgão Superior, os saldos dos Órgãos Vinculados 20415: Empresa Brasil de Comunicação – EBC; 24216: Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS; 41231: Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; 41902: Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST; E 41903: Fundo para o Desenvolvimento das Telecomunicações – FUNTTEL. Assim, não há base de comparação (saldos no exercício de 2020) para análise horizontal do Balanço Patrimonial.

Nota 02 - Ajustes para Perdas de Créditos (LP)

O valor se refere em quase que sua totalidade (>99%) a ajuste de perdas em créditos (tributários e não tributários) da Anatel e do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL, vinculados àquela agência e registrados em seu sistema interno de gestão de crédito (SIGEC).

Nota 03 - Dívida Ativa

Dívida Ativa Tributária

Os valores se referem, quase em sua totalidade, à dívida ativa inscrita pela ANATEL relativa às contribuições para o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST.

Dívida Ativa não Tributária

Os valores se referem, quase em sua totalidade, à dívida ativa inscrita pela ANATEL relativa às multas previstas na Lei Geral de Telecomunicações.

Do total, R\$ 12,38 bilhões se referem às multas registradas até o exercício de 2020. O Ajuste para Perda contabilizado para o montante inscrito referente às multas foi de 97,65%.

Do montante inscrito em dívida, R\$ 12 bilhões se referem a débitos do Grupo Oi. Em novembro de 2020, a Anatel, por meio da Procuradoria-Geral Federal (PGF), celebrou acordo com o mencionado Grupo nos termos da Lei nº 13.988/2020, com o objetivo de encerrar tais litígios.

Nota 04 - Caixa e Equivalentes de Caixa

A conta caixa e equivalentes de caixa compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Abaixo, a distribuição do valor no Ministério das Comunicações e Órgãos vinculados:

Órgão	Valor	%
EBC	R\$ 274.665.290,24	4,93%
Telebrás	R\$ 983.122.602,39	17,66%
Ministério das Comunicações	R\$ 25.453.263,18	0,46%
Anatel	R\$ 4.245.909.557,07	76,28%
Funttel	R\$ 37.025.597,54	0,67%
Total	R\$ 5.405.169.399,31	100,00%

Do valor registrado na Anatel, 87% se referem a recursos próprios vinculados à pagamento de pessoal.

Relativamente à Telebras, 84% dos valores registrados se referem a recursos de adiantamento para futuro aumento de capital, aplicados pelo Órgão em Fundos Extra Mercado.

Nota 05 – Bens Móveis

Os bens móveis do Órgão Superior, representam 32,21% do ativo total, sendo que 84% desse grupo de ativos estão registrados na Telebrás. A seguir, a composição do total registrado em bens móveis no Ministério das Comunicações.

Bens Móveis	Valor em R\$
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	259.067.495,27
Bens de Informática	2.702.071.325,28
Móveis e Utensílios	29.554.755,43
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	186.213.676,24
Veículos	11.114.431,61
Bens Móveis em Andamento	668.930.834,28
Bens Móveis em Almoxarifado	4.319,24
Demais Bens Móveis	106.633.552,57

Depreciação / Amortização Acumulada	(1.260.709.609,14)
Redução ao Valor Recuperável	(5.436.581,76)
Total	2.697.444.199,02

Nota 06 – Bens Imóveis

Os bens imóveis representam um valor bruto de R\$ 556.579.743,00 (quinhentos e cinquenta e seis milhões, quinhentos e setenta e nove mil, setecentos e quarenta e três reais), 4,52% do ativo total, categorizados conforme o quadro.

Destaca-se que aproximadamente 82% desse valor está registrado no ativo da Anatel.

Bens Imóveis	
Bens de Uso Especial	471.653.648,32
Bens Imóveis em Andamento	16.710.491,53
Benefitorias em Propriedade de Terceiros	5.263.728,78
Instalações	57.163.562,67
Demais Bens Imóveis	5.788.311,70
Deprec. Acum. /Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(33.468.712,38)
Total	523.111.030,62

Nota 07 – Fornecedores

Os valores correspondentes a fornecedores representam 4,44% das obrigações do Órgão, e apresentam a seguinte composição:

Fornecedores	
Curto Prazo	87.444.982,64
Nacionais	87.444.982,64
Longo Prazo	148.105.665,64
Nacionais	148.105.665,64
Total	235.550.648,28

Essas obrigações estão assim distribuídas entre os órgãos do Ministério das Comunicações:

Fornecedores – Por Órgão Contratante	
EBC	3.426.027,62
Telebrás	229.172.236,06
Ministério das Comunicações	2.797.985,68
Anatel	112.499,76
Funttel	41.899,16
TOTAL	235.550.648,28

Nota 08 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos – LP

Os empréstimos e financiamentos a longo prazo, representam 16,39% do ativo total do Órgão, num valor aproximado de dois bilhões de reais, relativos a contratos firmados entre o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – FUNTTEL. Os principais devedores são: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP.

Nota 09 – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

O valor de aproximadamente 1,5 bilhão de reais, está registrado no passivo da Telecomunicações Brasileira S.A. – Telebras. No momento estão em andamento as tratativas para a realização do aumento de capital da Empresa.

Nota 10 – Adiantamento de Clientes – LP

O valor de R\$ 456 milhões, registrado no passivo da Telebras, se refere a valores repassados pelos Ministérios da Defesa – MD e da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, referente aos serviços contratados por esses Órgãos.

Nota 11 – Outras Obrigações a Curto Prazo

O valor total de R\$ 230.874.184,91 (duzentos e trinta milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, cento e oitenta e quatro reais e noventa e um centavos), 99% do grupo “Outras Obrigações a Curto Prazo”, se refere a Termos de Execução Descentralizada firmados pela Secretaria de Telecomunicações – SETEL, pela Secretaria Especial de Comunicação Social e pela Empresa Brasileira de Comunicação – EBC com outros Órgão da Administração.

Nota 12 – Financiamentos a Longo Prazo – Interno

Os valores registrados nas contas de Financiamento do Ativo Permanente (curto e longo prazo), são relativos à captação de recursos junto a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP (Empresa Pública Vinculada ao MCTI) para financiamento do projeto de desenvolvimento de Satélite.

2. Balanço Orçamentário

Nota 13 – O Orçamento do exercício 2021, foi aprovado pela Lei 14.144, de 22 de abril de 2021.

O regime orçamentário segue o previsto no art. 35 da Lei 4.320/1964: “pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas”.

Quanto à classificação adotada, está prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2021 (Lei 14.116/2020).

As entidades abrangidas pelo Órgão 41000 – Ministério das Comunicações são as seguintes:

Órgãos Subordinados/Vinculados	Unidade Orçamentária
Ministério das Comunicações	41101, 93496
Telecomunicações Brasileira S.A. – Telebrás	41260, 93435
Empresa Brasil de Comunicação S.A. – EBC	41261, 93178
Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL	
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST	41902
Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – FUNTEL	41903, 74905

Cumpre destacar que não houve utilização de Superávit Financeiro, nem abertura de créditos especial e extraordinário no 2º trimestre de 2021. Também não houve no trimestre atualizações monetárias do orçamento.

Assim, o Balanço Orçamentário do Ministério das Comunicações e seus órgãos vinculados, com base em 30/06/2021, é o apresentado, de forma resumida, a seguir:

Balanço Orçamentário	Realização/Execução
Receitas Correntes	1.558.529.040,83
Receitas de Capital	45.070.862,36
Total das Receitas	1.603.599.903,19
Despesas Correntes	1.303.255.619,95
Despesas de Capital	77.344.598,83
Total das Despesas	1.380.600.218,78
Superávit/(Déficit)	222.999.684,41

Nota 14 – Restos a Pagar

A Lei nº 4.320, de 23 de dezembro de 1964, em seu artigo 36, define Restos a Pagar como “as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas”.

Configura-se como Restos a Pagar Processados aqueles cujo o 2º estágio da despesa orçamentária (liquidação) já foi realizado, enquanto os Restos a Pagar não Processados, são os que a despesa se encontra pendente de liquidação, isto é, o empenho se encontra a liquidar ou em liquidação.

Nesse sentido, os quadros a seguir mostram a posição dos Restos a Pagar – RP do Ministério das Comunicações e seus Órgãos Vinculados, em 30/06/2021:

Restos a Pagar Processados					
Órgão	Inscritos	Reinscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
EBC	22.010.851,86	7.761.876,95	40.016,57	19.462.464,11	10.270.248,13
TELEBRAS	5.521.368,12		1.571,52	5.253.209,01	266.587,59
MCOM	7.849.181,81				7.849.181,81
ANATEL	27.187.534,69	35.639,64		27.184.074,05	39.100,28
FUNTTEL					
TOTAL	62.568.936,48	7.797.516,59	41.588,09	51.899.747,17	18.425.117,81

Restos a Pagar Não Processados

Órgão	Inscritos	Reinscritos	Cancelados	Liquidados a Pagar	Pagos	A Pagar	Bloqueados
EBC	40.168.086,80	15.136.114,50	3.507.980,93	653.087,50	18.046.510,37	33.749.710,00	6.681.350,96
TELEBRAS	102.360.712,93		15.850.058,71	30.405,41	64.220.911,79	22.289.742,43	
MCOM	140.932.170,72			493.921,27	58.983.968,74	81.948.201,98	22.821.028,46
ANATEL	75.803.575,71	28.973.264,32	4.165.922,52	1.645,25	26.212.439,03	74.398.478,48	15.690.147,78
FUNTTEL	401.625,11					401.625,11	
TOTAL	359.666.171,27	44.109.378,82	23.523.962,16	1.179.059,43	167.463.829,93	212.787.758,00	45.192.527,20

3. Demonstração das Variações Patrimoniais

Nota 15 – Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico

Representando aproximadamente 23% das variações patrimoniais aumentativas, as contribuições de intervenção no domínio econômico se referem às arrecadações à Anatel e ao Fust, sobre a prestação de serviços de telecomunicações, conforme composição a seguir:

Órgão Arrecadador	Base de Arrecadação	Valor	%
ANATEL	Contribuição Sobre a receita das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações	R\$ 431.154.914,58	44,00%
ANATEL	Prestação dos serviços de telecomunicações explorados diretamente pelo executivo ou outorgados por este a entidades de sua administração direta	R\$ 318.263.941,10	32,48%
FUST	Contribuição devida pelas empresas prestadoras de serviços de telecomunicações , a alíquota de 0,5% sobre a receita bruta decorrente da prestação de serviços de telecomunicações no regime público e privado	R\$ 230.589.139,26	23,53%
	Total	R\$ 650.183.287,66	100,00%

Nota 16 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

Os valores registrados nessa categoria, num montante de R\$ 873.782.999,33 se referem à receita oriunda de multas por infrações administrativas previstas na Lei Geral de

Telecomunicações (Lei 9.472/1997), recolhida ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL, sob administração da Anatel, e representam 20,66% das Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA's, do Ministério das Comunicações.

Nota 17 – Taxas

Representando 6,26% das VPA's, as taxas somaram o valor de R\$ 264.608.185,55 (duzentos e sessenta e quatro milhões, seiscentos e oito mil, cento e oitenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos). Nessa categoria estão englobadas as taxas previstas em lei, arrecadadas ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL, devidas pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços de telecomunicações e de uso de radiofrequência:

- Taxa de Fiscalização de Instalação – TFI: devida pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços de telecomunicações e de uso de radiofrequência, no momento da emissão do certificado de licença para o funcionamento das estações; e
- Taxa de Fiscalização de Funcionamento – TFF: devida pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços de telecomunicações e de uso de radiofrequência, anualmente, pela fiscalização do funcionamento das estações.

EMERSON COSTA NOGUEIRA SOUSA
Contador

LIGIA DE ALMEIDA SILVA
Contadora Responsável
Ministério das Comunicações